

## **Tipos Sociais na Conquista do Sertão das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, Séculos XVII e XVIII**

Juliana Brainer Barroso Neves

Márcia Nunes Faria de Souza

Mirian da Silva de Jesus

Discentes do Curso de História – FFPNM – UPE

Grupo de Estudos História Sócio-Cultural da América Latina – FFPNM - UPE

Kalina Vanderlei Silva

Professora Adjunta da FFPNM – UPE

[kalinavan@uol.com.br](mailto:kalinavan@uol.com.br)

Grupo de Estudos História Sócio-Cultural da América Latina – FFPNM - UPE

### **Resumo**

O presente trabalho se propõe a traçar um perfil da conquista do sertão das capitanias do Norte do Estado do Brasil, entre meados do século XVII e início do século XVIII, a partir da observação de alguns tipos sociais envolvidos com essa conquista, como as tropas de negros, índios e 'paulistas', observando ainda a formação dos mocambos na região em conflito.

### **Palavras-chave**

Mocambos – paulistas – tropas de negros e índios

### **Introdução**

O presente trabalho pretende abordar a conquista e a colonização do sertão das capitanias do norte do Estado do Brasil a partir de uma perspectiva sócio-cultural, buscando conhecer, primeiro, alguns dos tipos sociais que participaram ativamente da colonização da região entre os séculos XVII e XVIII, e segundo, como a própria idéia de sertão é uma construção cultural da sociedade açucareira. Para tanto, estudamos de forma privilegiada o momento das guerras de conquista, principalmente a chamada 'guerra dos bárbaros', observando as mobilizações militares organizadas pela administração régia para a região, tanto contra as tribos indígenas quanto contra os mocambos de negros fugidos.

### **A Construção do Sertão e os Mocambos**

A criação das Capitanias Hereditárias no Brasil por parte do Estado português no século XVI teve como objetivo povoar o território pertencente a Portugal. Território que vinha sofrendo

sucessivas invasões de outras nações por estar livre de ocupação colonial. Para os colonos portugueses, a vinda para o Novo mundo implicava em várias imposições como, por exemplo, a obrigação em desenvolver a monocultura da cana-de-açúcar através dos engenhos. Essa montagem era responsabilidade de cada colono que recebesse de cada donatário terras para cultivar, e não cabia à Coroa disponibilizar recursos para tanto. O solo propício para essa atividade encontrava-se no litoral, o que obrigou a permanência quase que predominante dos portugueses nesse território.

Além da zona litorânea existia a área denominada como sertão, que compreendia o território no interior e também toda a área que não fosse ocupada pela cana-de-açúcar. Como, até o século XVII, a produção do açúcar havia sido a principal maneira de obter lucro e prestígio na colônia portuguesa, a Coroa proibia a circulação de colonos pelo interior, tentando impedi-los de se dispersar pelo território, obrigando-os a se concentrar na indústria canavieira.

Essa não exploração contribuiu para a criação de um certo imaginário popular, característico das vilas açucareiras, em relação ao sertão. Como era uma área onde não havia súditos do rei, o sertão era considerado sem lei. Além disso, os moradores das vilas açucareiras temiam o interior, considerando-o uma região inóspita e selvagem, lar ao mesmo tempo de riquezas e de perigos. E através dos cronistas do século XVI, como Gabriel Soares de Souza, que escreveu sobre o sertão partindo do imaginário popular açucareiro, o conhecimento que lá habitavam tribos indígenas, os chamados Tapuya<sup>1</sup>, foi difundido.

Como podemos ver, esse território não era totalmente desconhecido para os colonos, pois fazia fronteira com a civilização portuguesa. Fronteira que só foi expandida após a expulsão da WIC do Brasil, em meados do século XVII, quando na intenção de expandir o território e obter maiores lucros com outros tipos de atividade, como a pecuária, Portugal incentivou a conquista do sertão.

Enquanto isso não acontecia, o sertão se tornou o lugar privilegiado para outros tipos de habitantes. Entre eles estavam aqueles que tinham algum motivo para não assumir o papel social que lhes havia sido determinado pela sociedade açucareira, como, por exemplo, as tribos indígenas nomeadas de Tapuya e os escravos fugidos. Com as guerras holandesas, tornou-se bastante difícil para os senhores de engenho capturar os escravos que fugiam para o sertão. Situação que, na verdade, tornou-se uma preocupação na segunda metade do século XVII, como mostra uma carta enviada pelo Governo Geral ao Coronel Affonso Barbosa da França que ordena:

Vossa Mercê mande ordem a todos os Capitães que pelo seu districtos façam a diligencia necessaria por prendel-os [os escravos fugidos] pela importancia de se não tornarem para o Sertão. Guarde Deus a Vossa Mercê. Bahia e Novembro 14 de 1674<sup>2</sup>

O fato de que o sertão abrangia todo o interior do Brasil colonial, leva-nos a restringir o território a ser estudado, afinal cada parte do sertão teve sua colonização diferenciada. Por exemplo, o Piauí começou a ser povoado a partir da prática da pecuária, ou seja, foi uma colonização vinda do sertão para o litoral. Diferente de Pernambuco e Bahia que começaram a ser colonizadas pela

monocultura da cana-de-açúcar, isto é, do litoral para o sertão. É sabido que dependendo do tipo de colonização cada espaço teve grupos sociais distintos, o que leva-nos a focar os sertões das capitanias pernambucanas e baianas, tendo em vista que esses dois espaços abrigaram parte importante do grupo social a ser estudado.

Vale ressaltar que apesar de terem características similares em sua colonização, as capitanias de Pernambuco e Bahia tiveram formas de governo distintas. Desde a formação das Capitanias Hereditárias, Pernambuco pertenceu à família de Duarte Coelho mantendo grande poder político e econômico na colônia, situação que só foi modificada em 1654 com a expulsão da WIC do Brasil. Já a Bahia passou a ser capitania régia ainda no século XVI, quando foi vendida pelo seu donatário e passou a ser sede da Coroa no Brasil. No período estudado, a autonomia política de Pernambuco dentro do Império levava essa capitania a não manter uma comunicação oficial com a Bahia, apenas com Portugal, o que não apenas gerou crises de jurisdição na área estudada, como deu uma característica particular a nossa documentação. Assim, nossa documentação básica, correspondência administrativa do Governador Geral para as diversas instâncias administrativas das capitanias do norte durante a “Guerra dos Bárbaros”, quase não inclui documentação de Pernambuco, que só vamos encontrar no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa.

Na historiografia, quando são mencionadas palavras-chave, como colônia, resistência, escravidão, capitanias do norte, se pensa logo no Quilombo dos Palmares, uma das maiores formações de revolta escrava no Brasil colonial, a qual persistiu por quase 100 anos às tentativas de destruição. Foi justamente essa resistência de Palmares à colonização que tornou possível à administração estabelecer mudanças à tradicional política de prevenção contra fugas e ajuntamento de escravos as quais se espraiaram secularmente pela legislação metropolitana e colonial.

Palmares deve ser levado em consideração como uma verdadeira tentativa de manutenção da liberdade diante da sociedade escravocrata. Após a sua destruição, o medo colonial em relação a possíveis formações de escravos fugidos que tivessem o mesmo resultado do Quilombo dos Palmares, perdurou. Para se precaver contra esse tipo de ameaça diversas modificações foram sendo feitas através do tempo para conter fugas e revoltas. Não houve planejamento para isso, mas sim, um longo processo de estabelecimento de medidas no intuito de reprimir qualquer tipo de rebelião escrava<sup>3</sup>

Segundo Silvia Hunold Lara depois de Palmares os colonos passaram a se preocupar muito mais com fugas e formações de mocambos e quilombos (um conjunto de mocambos). Quando um desses crescia colocando em perigo a tranquilidade das vilas formava-se então um pequeno exército para "restaurar a paz"<sup>4</sup>.

Ou seja, não existia um exército permanente para tais atividades. Existia o conhecido capitão-do-mato que tinha a função de controlar uma determinada área e seus moradores, evitar desordens, vadiagem, jogos e prostituição, açoitamento de criminosos e prisão de escravos fugidos. Mas essa última podia ser exercida por qualquer um que não tivesse a patente. Depois de Palmares

as autoridades coloniais vão se preocupar em fazer do capitão-do-mato um cargo oficializado, onde só eles poderiam exercer o aprisionamento de escravos fugidos. Muitas nomenclaturas foram utilizadas durante o período de constituição dos capitães-do-mato como por exemplo:

Depois de se lhe passar a licença para Portugal nos pediu o posto de **capitão-mor dos mocambos** como o teve Diogo de Oliveira Serpa... Bahia e Junho o 1º de 1676.<sup>5</sup>

Provavelmente, por esta preocupação maior em relação aos mocambos, as diversas formações que passaram a existir nos séculos XVII e XVIII em Pernambuco e Bahia foram abafadas de maneira drástica. E assim muitas se tornaram anônimas na história da resistência escrava no Brasil colonial.

Como os documentos indicam, Palmares não foi a única formação quilombola existente nas capitâneas do Norte do Estado do Brasil. Como este, porém com menos êxitos, existiram comunidades de escravos fugidos que sobreviviam da produção de alimentos, da troca desses bens da terra pelos bens manufaturados da própria civilização colonial e viviam protegidos pela hostilidade da floresta, procurando manter a liberdade que haviam conquistado através da fuga.<sup>6</sup> Essas formações são intituladas mocambo nos documentos oficiais régios, como podemos ver numa portaria enviada pelo Governador Geral ao Capitão Manuel Hinojosa, que se oferecera para

fazer uma entrada ao **Mocambo** do Rio Jacuippe, e me pediu lhe mandasse dar para ella dez espingardas que há de restituir ao Armazém quando vier. O provedor-mor da Fazenda Real deste Estado, lh'as mande entregar concertadas com obrigação que fará o dito Capitão de as restituir na própria forma ao dito Armazém. Bahia e Fevereiro 16 de 1673.<sup>7</sup>

De acordo com Edson Carneiro, em tempos de guerra, o governo relaxava em relação às fugas de escravos, o que explica porque em grande parte da documentação da segunda metade do século XVII encontram-se pedidos de capturas de negros fugidos no sertão. Isto é, durante as guerras entre lusos e flamengos os escravos encontraram a oportunidade de obter sua liberdade com menos dificuldade. E após a expulsão da WIC, com a Guerra de conquista do sertão ou "Guerra dos Bárbaros"<sup>8</sup>, esses fujões foram constantemente mencionados nas fontes relacionadas à guerra do sertão. Afinal eram também, além das tribos indígenas, um empecilho para a conquista. Uma vez fugido, dificilmente o negro permanecia sozinho no sertão. Procurava desenvolver os mocambos onde pudesse viver e resistir à perseguição dos conquistadores do sertão.

É através dessas fontes, que relatam assaltos de negros fugidos em algumas vilas e cidades das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil, que se levanta a possibilidade da presença de mocambos próximo às áreas assaltadas. Documentos fazem menção a assaltos, homicídios e roubos de negros fugidos nas vilas açucareiras e de acordo com um regimento aprovado pela câmara de São Paulo, em 1733, que definia por quilombo o ajuntamento de "mais de quatro escravos vindos em matos para viver neles, e fazerem roubos e homicídios", podemos obter o respaldo dessa afirmação.<sup>9</sup>

Através da pesquisa na Coleção de Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, composta por 110 volumes de correspondência do Governo Geral na Bahia com outras instâncias da administração das Capitanias, foi possível desenvolver uma tabela onde se encontram pedidos de prisão ou entradas a mocambos de negros fugidos em diferentes partes do sertão. A tabela abaixo é um exemplo dessa coleta de dados e traz informações sobre mocambos no Recôncavo baiano, área de transição entre a sociedade açucareira e o sertão no século XVII:

## Localização dos Mocambos no Sertão do Século XVII

Documento	Mocambo	Capitania	Ano	Local	Observações
C.D.H <sup>10</sup> Vol. VII Pág. 70/71	Não identificado.	Bahia	1661	Campos da Cachoeira e Imbiara	Pedido de prisão para os negros levantados que cometiam assaltos na vila
C.D.H Vol. VII Pág.73	Não identificado.	Bahia	1661	Freguesia de Cachoeira e Campos de Iguape.	Pedido de pessoas da freguesia da Cachoeira e Campos de Iguape para prender negros levantados.
C.D.H Vol. VIII Pág. 146/147	Mocambo no Rio Jacuippe	Bahia	1673	Rio Jacuippe	Pedido de índio para entrada no mocambo
C.D.H Vol. VIII Pág. 284/285	Não identificado.	Bahia	1678	Não identificado.	Concessão de armamento para entrada em mocambo
C.D.H Vol. VIII Pág. 285	Não identificado.	Bahia	1678	Não identificado.	Concessão de armamento para entrada em mocambo
C.D.H Vol. VIII Pág.412/413	Não identificado.	Bahia	1674	Não identificado.	Pedido de índio para entrada no mocambo
C.D.H Vol. VIII Pág. 415	Não identificado.	Bahia	1674	Freguesia de Nossa Senhora do Socorro	Pedido de prisão para os negros levantados
C.D.H Vol. IX Pág. 41	Não identificado.	Bahia	1677	Aldeia	Carta pedindo remedio aos roubos dos negros do matto

Fonte: Coleção de Documentos Histórico, Biblioteca Nacional. 110 vols. Rio de Janeiro.

O combate aos mocambos no sertão, principalmente no caso da Bahia, se deu simultaneamente ao combate às tribos levantas na “Guerra dos Bárbaros”. Ambos, mocambos e tribos foram tratados pela administração colonial como obstáculos à expansão da colonização pelo sertão e à conquista da fronteiras da área açucareira. Contra eles se utilizou o mesmo aparelho de

conquista e repressão: tropas regulares e irregulares, que incluíam tipos sociais os mais diversos como negros forros, índios e paulistas.

## **A Participação Militar de Negros e Índios no Processo de Conquista do Sertão do Norte do Estado do Brasil (séc. XVII-XVIII )**

O período que compreende a segunda metade do século XVII, é o momento da saída da Companhia das Índias Ocidentais e reestruturação da capitania, agora enquanto Capitania régia, integrando-se ao sistema administrativo metropolitano, com um governador nomeado diretamente pelo rei, e não mais com um donatário. O plano da Coroa, nesse momento, era tentar ratificar sua autoridade na região e, concomitantemente, por fim à fragilidade do seu sistema político.

Como já vimos, o sertão era considerado pela Coroa e pela sociedade açucareira um lugar inóspito, selvagem, bárbaro e não-civilizado. A sociedade colonial litorânea considerava-o como uma área perigosa, tipicamente bárbara; um espaço onde a fuga, a desordem e a liberdade imperavam. Era dessa maneira que o imaginário dominante colonial se referia ao interior, isto porque a zona açucareira se considerava uma sociedade civilizada. Mesmo durante a conquista deste interior e a construção de uma sociedade colonial própria, o sertão continuou sendo uma zona de fronteira, que separava o mundo dito 'civilizado' do mundo 'bárbaro'. Quando se iniciou a conquista do sertão, a Coroa utilizou os vadios das vilas açucareiras nas investidas ao interior com o objetivo de tornar possível a evasão desse excesso populacional presente no litoral. No entanto, não podemos esquecer que a conquista do interior não significava apenas a evasão do excesso populacional, esta conquista foi impulsionada também por outros objetivos. De um lado estava a idéia de que somente com as investidas do governo real é que seria possível civilizar e colonizar a região. Por outro lado, acreditava-se que esse espaço de barbaridade prometia riquezas em abundância. Tal conquista, ao mesmo tempo, tinha como significados ainda, a expansão territorial e da pecuária. É importante frisar que mesmo depois de conquistado o interior e instalada a pecuária, o sertão ainda continuou com o estigma de lugar não-civilizado, secundarizado. As primeiras investidas neste território se iniciaram através de um caráter particular e privado, encabeçados por colonos que estavam preocupados em adquirir novos títulos e terras. No entanto, barreiras impediam essa empreitada de alcançar o objetivo esperado. Como não foi possível aos colonos conseguirem, sozinhos, tal artimanha, o jeito foi solicitar a participação da Coroa também na conquista do interior. Além disso, esta estava extremamente interessada em participar para que assim pudesse com a conquista solucionar seus problemas de cunho econômico, social e até político. A Coroa estava ciente de que para colonizar, ou melhor, "civilizar" o interior seria preciso dar fim àqueles que tanto impediam as suas investidas. Eram estes, os negros aquilombados e as tribos continentais que insistiam em resistir à colonização nas regiões internas da colônia.

O Quilombo dos Palmares já existia no começo do século XVII, antes mesmo da invasão da WIC, em território da capitania de Pernambuco, mais precisamente na Serra da Barriga, hoje território alagoano. Este quilombo cresceu extraordinariamente durante o período holandês, visto que a guerra desorganizava a sociedade e a vigilância dos senhores<sup>11</sup>. O outro conflito que criavam obstáculos à conquista do sertão era a “Guerra dos Bárbaros”, conflito travado entre os colonos e índios dito *tapuia*, no período que abrange os séculos XVII e XVIII. Tal conflito se inicia com as chamadas Guerras do Recôncavo Baiano<sup>12</sup> (1651-1679), ocasionadas pela vontade de colonizar tal território. No entanto, os povos indígenas do interior insistiam em resistir ao processo colonizador. Para Pedro Puntoni<sup>13</sup>, a explicação “para essa expansão deve ser buscada nas dificuldades da situação econômica da colônia, e não em uma dinâmica quase ‘natural’ de crescimento”. Ele afirma que o período pós-restauração foi extremamente difícil e por esse motivo a Coroa se entregou a conquista do interior para repor as perdas no trato colonial.

Ao mesmo tempo em que tentava ocupar o sertão, o que não foi fácil devido à resistência das tribos interioranas, procurava-se diversificar as atividades produtivas. Aos poucos o gado começava a se tornar uma atividade produtiva no interior. No entanto, esta atividade era prejudicada pelos índios dito ‘bárbaros’ que resistiam ferozmente a esse avanço da fronteira agropastoril, e passaram a atacar vilas, engenhos e fazendas dos moradores das freguesias do Recôncavo Baiano. A “Guerra dos Bárbaros” começou com os conflitos do Recôncavo, na Bahia, e seguiu com a Guerra do Açú, ocorrida nos territórios do rio Açú, no Rio Grande. Neste último caso, que tomou enormes proporções, os conflitos começaram por volta de 1670 e 1680, quando uma quantidade maciça de índios pertencentes à nação janduí decidiu reagir aos abusos dos moradores.

Nas guerras de conquista do sertão houve uma efetiva atuação militar de negros e índios nestes dois conflitos que são tidos como principais barreiras à colonização do interior do norte do Estado do Brasil. A formação da sociedade colonial só se tornou possível à medida que foram sendo “civilizados” os índios que habitavam o litoral. Estes, conhecidos como tupi, ao longo do tempo foram se aliando aos conquistadores, transformando-se em mão-de-obra para a conquista<sup>14</sup>.

O grupo étnico que habitava o litoral antes da conquista era tupi, enquanto as tribos do interior, compostas de diferentes grupos étnicos, recebiam uma classificação pejorativa de *tapuia*. Considerados bárbaros e selvagens pelos habitantes da zona açucareira. Estes habitavam tanto os sertões de fora (ou seja, o interior de Pernambuco e capitanias anexas) quanto aos sertões de dentro que abrangiam o interior da Bahia e as margens do São Francisco. Nos sertões de fora estavam presentes no século XVII as tribos Choco, Cariniayo, Jacó, Paraquió, Carateu, Carnijó, Guegue, Che-Che, Peraricoanha, Cariri, Corema, Ariu, Janduí, Canindé, Paiacu, Pinacu, Caboré, Capela, Paninguaçu, Jenipapo, Parasu, Quixeló, Iço, Calabaça, Quesque, Procá, Pipipá, Panati, e Pegá. Enquanto isso, nos sertões de dentro residiam os Tarairius, os Cariris, os Pararases, os Anaios, entre outro<sup>15</sup>. Não podemos generalizar as tribos do sertão como assim fez o imaginário dominante colonial, dando a estes um caráter selvagem e bárbaro devido ao fato de habitarem o interior.

A mão-de-obra indígena desde o início da colonização foi utilizada para fins militares. As alianças entre colonos e índios tupi foram, sem dúvida alguma, fundamentais para o êxito da conquista realizada pela Coroa. Além disso, essas alianças poderiam significar para as tribos aliadas aos colonos também a destruição de tribos inimigas. Os Potiguares são exemplos típicos desses tipos de alianças; primeiramente, foram aliados dos franceses, porém depois passaram a ser aliados dos colonos portugueses. Cabe lembrar que o terço de Camarão foi resultado dessa aliança entre índios Potiguar e colonizadores. Esse terço de Camarão<sup>16</sup> foi criado durante as guerras holandesas, e a sua criação pode indicar que houve um grau de assimilação dos valores coloniais dominantes por parte daqueles que faziam parte do terço. Este foi o único terço indígena institucionalizado pela Coroa, ou seja, era um terço enquadrado sob as leis e regulamentos da administração régia. Até a criação do terço de Camarão, as tribos indígenas forneciam homens de maneira irregular à Coroa, porém, com a criação de tal terço, a Coroa lusa se viu diante de sua principal força. E por esse motivo, tentou enquadrá-la na estrutura militar colonial. Mesmo assim, continuaram a existir as tropas irregulares formadas por indígenas aliados à Coroa. Estes eram arregimentados sempre que surgia um conflito<sup>17</sup>.

O terço comandado por Felipe Camarão foi de extrema importância no processo de reconquista do território luso. Podemos observar a importância adquirida pelo terço de Camarão na carta que se segue. Esta data de 14 de maio de 1633 e nela o rei escreve a Mathias de Albuquerque que sabe do trabalho que é conservar quietos os índios da Capitania de Pernambuco, e que se for preciso oferecer bens materiais para que os índios permaneçam obedientes, que o faça. O rei fala também do respeito dessa capitania por Felipe Camarão. É também possível observar neste documento as mercês que foram concedidas ao Capitão Felipe Camarão.

Mathias de Albuquerque amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Recebeu-se uma carta vossa de 20 de Agosto passado por que me destes conta do trabalho, que custa conservar os índios dessa Capitania obedientes e quietos, e que para o fazer use o meio mandar que se lhe dêm algumas mercadorias, como panno de linho, pentes, facas, tesouras espelhos e velorios e outras cousas semelhantes com que se obriguem a assistir na guerra, e que eu mande honrar com bravidade ao Indio principal, que vos assiste, que se chama Antonio Phelippe Camarao de Nação Petiguar, e toma todos os indios dessa Capitania e os demais até o Seará respeitam, e serve desde o principio da guerra na estância mais arriscada e junto a inimigos, pelejando em todas as occasiões com muito valor, e é bom Christão, e seus procedimentos e serviços; Hei por bem de lhe fazer mercê de habito da Ordem de Christo com quarenta mil reis de rendas e que se lhe passe Patente de Capitão-mor dos Índios Potiguares com outros quarenta mil réis de soldo pagos no Almoxarifado dessa Capitania, e se lhe dê um brasa de armas de que tudo o avisareis, para que por sua parte se acuda a tirar os despachos e para os mais indios tenho mandado que se envie o mais que puder das cousas que apontaes para que estejam gratos e acudam a meu serviço, como convem. Escripta em Lisboa a 14 de Maio de 1633. Rei.

Lendo este outro documento que segue abaixo, podemos perceber que o imaginário dominante colonial conseguiu seduzir o capitão dos índios Felipe Camarão e o seu terço. O argumento usado por ele expressa fielmente as idéias e planos do governo da Colônia em aniquilar os invasores e salvar os índios que lutam ao lado deste. Para tanto se torna necessário ressaltar a importância de torná-los cristãos, e por que não dizer, “civilizados”.

Não posso deixar de cumprir as promessas e deveres contraídos com meus avós, isto é, de vos guardar assim a como a todos os da nossa raça. (...) Tirar-vos das garras do inimigo, desejando afastar-vos dele, pois o país nos pertence, e se vos conservar-des ao seu lado, tereis por fim de ser atacados e aniquilados. (...) Por esse motivo, meus amigos, ainda não quiz desenvolver toda a minha força contra os holandeses, para vos poupar; e como a natureza obriga a todos os animais a amarem seus filhos e morrerem por eles, assim eu igualmente mostrarei e provarei o meu amor por vós, empregando todos os esforços a fim de converter a vós meus verdadeiros patrícios.(...) Tereis de entregar os poucos fortes, visto que os holandeses hão de abandonar e partir nos navios para sua pátria; e quanto ao esperardes uma esquadra com socorros, ficai avisados de que ela só virá para buscar os holandeses e vos deixar como presos nas garras dos portugueses.(...) Onde vos metereis então, ou vos ocultareis de nós ? O mal que os holandeses merecem recairá sobre vós.(...) Conquanto não saibais e penseis que os portugueses nos enganam, a verdade é que os holandeses vos enganam.(...) Se não estais cegos, aceitai o meu perdão, enquanto é tempo e não acrediteis nos holandeses, que ainda poderão ficar sendo vassallos do nosso poderoso rei, pois bem sabeis que eles mesmos estão incertos sobre o resultado da guerra.(...) Não acrediteis nesses hereges e vinde a tempo para vos salvar recebendo cada um o passaporte que lhe daremos; se não o fizerdes ficareis abandonados e não vos concederemos quartel, nem perdão, mas vos destruiremos como inimigos.(...) Fugi dos hereges e vinde tratar da vossa salvação.(...) Sinto-me atribulado, não pensando em outra cousa senão em procurar um meio de para vos colocar sob a minha proteção.(...) Sabeis perfeitamente bem como os portugueses são ricos em todas as praças até o Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, etc., onde eles têm inestimável riqueza para vos poder fazer bem, sendo preciso apenas para isso que vos passeis para nós.(...) Tratai de vos livrar o mais depressa possível dos holandeses, pois vos farão passar más horas e meter no cepo; se os quizerdes abandonar, não vos dirijais aos portugueses, mas vinde a sem receio a min, trazendo uma bandeira branca e tratarei a todos com amizade.(...) E pensai na vossa salvação, porquanto, como verdadeiros cristãos que sois, tendes não somente de cuidar da vida, mas também da alma e deveis saber que eu, vós e todos que estão convosco somos súditos de Sua Majestade Católica o Rei de Portugal.(...) Deus vos inspire e faça reconhecer os erros para conseguirdes a salvação.(...) Em 28 de março de 1646. O pai dedicado de vós todos, O Capitão-mor Camarão.<sup>19</sup>

Visando consolidar as alianças entre portugueses e índios, a Coroa passou a conceder benefícios, honrarias e cargos militares àqueles indígenas que se propusessem a lutar em favor da Coroa durante as guerras contra os holandeses e nos mais variados conflitos que viessem a surgir. Mesmo depois de finalizado o período holandês, a Coroa ainda continuou a ceder postos militares aqueles que penetrassem no sertão para solucionar os conflitos que insistiam em ocorrer no interior da colônia, como se pode observar no documento de 17 de agosto de 1655, no qual a Coroa concede a patente das Aldeias de Camarão ao Alferes Simão Rodrigues:

Capitania de Pernambuco, para mais promptamente acudir as obrigacoes que se oferecem do serviço de Sua Majestade; esperando eu do Alferes Simão Rodrigues que nas daquele posto se haverá conforme a informação que se me fez de seu préstimo. Hei por bem de o prover (como pela presente faço) Capitão dos Índios da referida Aldeia do Camarão: em cujo proposto gozará de todos os privilégios que diretamente lhe pertencerem.<sup>20</sup>

A atividade bélica das tribos oficializadas foi a principal força militar utilizada pela Coroa. A mesma, visando resolver os problemas que insistiam em ocorrer no Recôncavo, utilizou uma estratégia que no início parecia ser capaz de acalmar os conflitos na região. Tratava-se de remanejar aldeias inteiras para as áreas de conflito, na esperança de barrar os índios que insistiam em se levantar: “essa prática de deslocamentos, todavia nem sempre funciona, pois uma vez conhecidos os indígenas, contra eles são criadas estratégias intrincadas”.<sup>21</sup> Cabia à Coroa conseguir outras formas de combater o gentio levantado, e atingir o seu objetivo que era o de conquistar e se estabelecer no sertão.

Além da estratégia de deslocamento, a Coroa utiliza outra forma de combater o gentio do sertão. Isto se dá através da atuação dos frecheiros, que são na verdade índios “pacificados” combatendo os levantados do interior, entretanto as tribos aliadas utilizam suas armas tradicionais. Pode-se dizer que os frecheiros são a atuação de extrema importância para a Coroa na conquista do sertão. Muita das expedições engendradas pelo governo tem em seu contingente a presença maciça dos frecheiros: “tal tipo de arregimentação contribuiu para a desagregação social das tribos aldeadas, visto que aqui o chefe militar é nomeado pelo padre missionário do aldeamento, e não mais pelos guerreiros da tribo, desconstruindo assim o complexo social guerreiro que sustentava essas sociedades”.<sup>22</sup>

A atuação dos frecheiros foi intensa, tanto nas guerras envolvendo o território baiano, como a área de Pernambuco. Porém isto não significa que a Coroa só por ter utilizado intensamente a força indígena venha a algum momento classificar tal contingente como nobre ou muito menos como necessário e importante para a sociedade colonial. O que acontece com os índios aldeados é que eles assumiram uma função perante a Coroa, e esta era unicamente militar. Não é a toa que mesmo sendo os indígenas aldeados o maior contingente militar utilizado pela Coroa, a mesma fez questão de apontar o sucesso da conquista do sertão as tropas de paulistas, mesmo que estas fossem compostas em sua grande maioria por índios. Puntoni<sup>23</sup> fornece a informação de que 54% do contingente das tropas de paulistas era formado por índios. Sem falar que também no conflito contra os negros dos Palmares, a Coroa utilizou a forma intensa a mão-de-obra bélica indígena. Os índios aldeados constituíram-se o principal apoio do governo para combater os mocambos interioranos, o que é visível no trecho de um documento que trata da atuação de índios em conflito envolvendo mocambos.

Ordenando eu o sargento-mor Belchior da Fonseca há mais de mez e meio que mandasse vir a torre até 30 Tapuias da aldeia do Jerú para entrada que mando fazer aos mocambos<sup>24</sup>.

Mas, não apenas tropas de índios, também os negros forneceram mão-de-obra para os empreendimentos militares no processo de conquista do interior da Colônia. Desde o início da colonização, o senhor usava tal mão-de-obra negra tanto para a manutenção de uma atividade produtiva, como para fiscalizar e capturar o escravo que fugia para as matas em busca da liberdade. Também vale ressaltar que durante a invasão holandesa, enquanto muitos negros fugiam para as matas e formavam os quilombos, outros se aliavam aos portugueses e passaram a prestar serviços militares a estes. Foi o que aconteceu com o negro Henrique Dias do terço de Henriques, um crioulo forro que por volta de 1633, arregimentou voluntariamente uma unidade composta por outros pretos, também livres, e se apresentou aos restauradores. Este terço de Henriques foi de extrema importância no processo de restauração da capitania de Pernambuco, como se pode observar nesta carta régia encaminhada para o governador geral em 1657:

Francisco Barreto, Governador amigo. Eu El-rei vos envio muito saudar. Havendo mandado ver com as considerações que me pede meu serviço um papel que aqui me apresentou o governador da gente preta, Henrique Dias e algumas cartas que me escreveste, sendo mestre de Campo Geral de Pernambuco, representando-me a grande utilidade de que fora para a guerra do Brasil e restauração daquela Capitania, o terço dos homens pretos e pardos que com o seu valor a ajudaram a recuperar e que conviria muito mandar liberar a parte que da dita gente for cativa, assim soldados como oficiais e com mais razão, pois movidos pelos editais, que pelos Generais e Governadores se puseram nas quais em meu nome lhes prometeram serem forros e libertos largaram o serviço de seus donos e forma servir naquela guerra, pedindo-lhes que respeitando aos serviços que o dito terço me faz, lhe fizesse mercê manda-lo confirmar com as mais preeminências e liberdades dos mais terços de brancos e que juntamente os seus soldados e oficiais que forem sujeitos, lhes mandasse libertar e fazer forros para que meu nome lhes vontade e maior ânimo me possa sempre servir e por que eu desejo de fazer a esta gente a hora e mercê que for justo pelo que mereceram e serviram em tão continua guerra, me pareceu encomendar-vos e mandar-vos (como por esta faço) que em a se conserve o Terço de Henrique Dias, dando liberdade em meu nome aos soldados e oficiais dele com vontade e permissão de seus donos que sendo ricos, não será dificultoso virem nisso de boa vontade, pois o serviço que fizeram na guerra ser também em beneficio seu e pagando aos que não forem um preço moderado por seu resgate, com que uns ficarão satisfeitos e outros sem queixa e o ajustamento e pagamento de suas liberdades cometeis de minha parte ao Governador André Vidal de Negreiros por conhecer bem aos que melhor serviram como testemunha de vista, e tomando de tudo informação verdadeira, a quem também encomendareis a conservação do dito terço, e que trabalhe por "Reduzir e trazer o povoado por meio de religiosos exemplares os mocambos que puderem abrigar e tornar a seu serviço, ao meu, e a eles fica esta resolução de conveniência.<sup>25</sup>

Podemos observar nesta carta que desde esse primeiro momento do terço, a Coroa já se preocupou em fornecer mercês e privilégios aos Henriques, que tanto tinham lutado contra os batavos. Neste documento também é possível ver a preocupação da Coroa em legitimar socialmente o terço dos Henriques, sem, entretanto, contestar a ordem escravista.

A Coroa fez utilidade de um discurso que valorizava a atuação dos negros enquanto militares. Esse discurso concedia aos negros militares um prestígio social, assim como também vantagens materiais. Os soldados do terço de Henriques eram personagens valorizados e participaram intensamente dos conflitos ocorridos no interior da Colônia, principalmente na "guerra dos bárbaros" e no Quilombo dos Palmares, como mostra esse documento que se segue:

Porquanto pelas hostilidades que o Gentio Bárbaro tem feito nos moradores dos districtos da Villa do Cayrú, Camumu, e Boupeba, com mortes, e roubos convem eleger um cabo a que obedeçam todos os soldados do mestre de campo de Henrique Dias, que assiste em Pernambuco.(...) ora mando fazer vão assistir em guarda, e defenda aos ditos moradores daquelas villas, e seus districtos.(...)<sup>26</sup>

Neste documento é possível perceber que os Henriques atuaram intensamente em vários conflitos. Aqui podemos vê-los atuando contra o gentio bárbaro em Camumu, Boupeba e Cayrú, que estão localizadas em território baiano.

A atuação do contingente indígena e negro foi de vital importância no processo de conquista do sertão do norte do Estado do Brasil, seja lutando contra o gentio do interior, tanto no Recôncavo Baiano como no Açu, ou participando de conflitos contra os negros palmarinos na Serra da Barriga ou contra outros mocambos no limites da área açucareira. No entanto, mesmo sendo tão vital essa atuação militar, a Coroa consagrou os paulistas como os responsáveis pela conquista do interior. Talvez porque afirmar negros e índios como os mais importantes de tal conquista, seria admitir a própria ineficiência no processo de conquista tanto da costa, como do interior.

## A Ação Paulista no Sertão das Capitanias do Norte do Estado do Brasil

Na capitania de Pernambuco em 1654, no segundo período português<sup>27</sup> a Coroa portuguesa se deparou com inúmeros problemas estruturais: uma paisagem caracterizada pela destruição dos engenhos e canaviais. O açúcar, seu principal produtor exportável, enfrentava uma baixa de preço no mercado externo. Havia ainda o excedente marginal localizado na área açucareira, os brancos livres que não tinham onde se empregar, engrossando as filas dos desocupados ou marginais, compondo o grupo dos ‘vadios’, indesejáveis pelo governo pernambucano; o Quilombo dos Palmares e os conflitos com as tribos continentais. Além disso, os senhores de engenho estavam falidos.

A tentativa de mudança do quadro foi a conquista do sertão. A idéia de expansão territorial e evasão populacional era um grande atrativo para Coroa. E assim como a ela, a conquista do sertão das capitanias do norte do Estado do Brasil interessava aos colonos por significar possibilidade de adesão de novas terras e títulos e a Igreja em busca de novas fronteiras para catequese. As dificuldades estavam na resistência oferecida pelos negros palmarinos e índios do sertão.

As revoltas indígenas geradas durante a segunda metade do século XVII são caracterizadas por “Guerra dos Bárbaros”, termo pejorativo para designar os povos que não se enquadravam a “civilização”. No caso desse conflito, se refere às tribos do sertão, aos índios denominados Tapuias. A “Guerra dos Bárbaros” foi um conjunto de batalhas ocorridas no sertão e que se divide em dois momentos: Guerras do Recôncavo (1651-1679) realizadas no Recôncavo Baiano, e Guerra do Açú (1687-1705) na ribeira do rio desse nome no sertão do Rio Grande e Ceará. Procuramos focar essa última por fazer parte das capitanias sob jurisdição Pernambuco.

A colonização da capitania do Rio Grande de forma mais intensa ocorreu no final de 1670 e início de 1680, período que coincide com o começo da Guerra do Açú. A região era habitada por índios tarairius, em sua maioria pertencentes a nação Janduí, que reagiram aos abusos dos primeiros moradores. O real motivo pela reação hostil das tribos é baseado em suposições. Se foi em razão dos filhos de um Canindé, tido como “rei dos Janduís”, terem sido presos para satisfazer a vontade do rei de ver algumas espécimes de seus vassallos, ou se para defender suas terras.

Os sucessivos ataques aos moradores da capitania fizeram com que eles passassem a fortificar suas casas, enquanto o governo pensava em uma solução. A idéia era conquistar os índios antes que o problema aumentasse, mas com o mínimo de despesa possível. A solução encontrada foi o emprego das milícias, ou seja, tropas auxiliares<sup>28</sup>. Dessa forma, foram empregados o Terço de Camarões e dos Henriques, além de tropas regulares comandadas por Antonio de Albuquerque Câmara. Mas o insucesso das tropas enviadas ao sertão, aliado a constante ameaça indígena, levou o capitão-mor do rio Grande a baixar um decreto, a fim de evitar o êxodo já iniciado pelos moradores, onde seria considerado traidor aquele que fugisse, correndo o risco de ser preso e ter seus bens confiscados.

Aproveitando-se da vinda dos paulistas de Domingos Jorge Velho à conquista de Palmares, o governador geral Mathias da Cunha pede a ele e a Matias Cardoso que se encontrava estabelecido no São Francisco, que fossem socorrer os moradores da ribeira do Açú. Enviou ao mesmo tempo as tropas regulares de Pernambuco, comandadas por Albuquerque Câmara e Manuel de Abreu Soares. Mas os paulistas eram considerados mais aptos a guerra no sertão, pela mobilidade e o hábito de se embrenhar nos mato.

De todas as tropas enviadas, a única que mandava notícias de sucesso era a de Domingos Jorge Velho, que se aproveitando da situação fazia pedido de patentes. O governador ofereceu a Jorge Velho a patente de governador de um regimento a ser criado com a reunião de sua gente, com proeminências de mestre-de-campo, além de uma patente de sargento-mor, quatro de capitães e dois de ajudantes, todas em branco para que ele as preenchesse<sup>29</sup>. Passavam agora os paulistas de tropa irregular de sertanistas contratados, a receberem soldo, além do direito de escravizar os tapuias vencidos.

As derrotas das tropas pernambucanas desanimavam os moradores, impossibilitados de continuar em suas casas, mas o governo não admitia a perda do território para o inimigo. A situação se agravava e junto com ela a preocupação em conter os gastos, a medida a ser tomada seria a desmobilização das tropas regulares e das ordenanças, encarregando o paulista Matias Cardoso de todo o trabalho. A câmara do Rio Grande pedia que apenas os paulistas, os henriques e os camarões continuassem no campo até destruir todo o gentio bárbaro.

Paralelo a esse conflito acontecia a guerra com os negros de Palmares, empreendimento não menos importante que a dos índios tapuias. Para combater o quilombo, trabalho para o qual havia sido inicialmente contratado, Domingos Jorge Velho saiu do Rio Grande antes do desfecho da guerra com os janduís. O Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, hoje território alagoano, representava um empecilho a conquista do sertão, visto que sua formação constituía um verdadeiro muro que impossibilitaria a entrada para o interior. Partindo desse princípio, os colonos da zona açucareira passaram a afirmar as terras de Palmares como as melhores, até porque esse é o momento que corresponde a um período de seca entre 1691-1693, e as terras altas de Palmares pareciam estar isoladas do perigo dessa, das pestes e, principalmente das invasões<sup>30</sup>.

Muitas expedições foram mandadas as terras palmarinas, mas não obtiveram resultados favoráveis. Nessa situação, assim como na Guerra do Açú, a regra era contenção de gastos, o que era quase impossível visto a necessidade constante de reforços de material humano e bélico. As tropas regulares requeriam muitas despejas e não se mostravam capazes de conter a guerra. Daí a decisão de se contratar os paulistas, conhecidos por suas façanhas no sertão.

Por 'paulistas' entendemos os sertanistas da Capitania de São Vicente, conhecidos pela historiografia como bandeirantes, mas que durante os séculos XVII e XVIII eram chamados genericamente na zona açucareira de paulistas. A historiografia adota duas posições com relação às entradas e bandeiras: uma que afirma bandeiras como toda expedição para o sertão, partindo de

qualquer lugar do Brasil, sendo de iniciativa oficial ou particular, e a outra corrente que defende as entradas como expedições oficiais, e reserva aos paulistas, grupos que organizam empreitadas de formação espontânea, o nome de bandeiras. Na documentação, nota-se o uso dos dois termos<sup>31</sup>.

As condições geográficas da Capitania de São Vicente não eram propícias a cultura de nenhum produto exportável, sendo considerada como zona marginal do sistema Atlântico<sup>32</sup>. A estreita faixa litorânea e a pobreza do solo contribuíram para que a agricultura fosse voltada apenas para o abastecimento interno. Os moradores da vila de São Paulo de Piratininga, que não contavam com escravos africanos, procuraram no apresamento indígena a base para sua economia, inclinando-se desde a segunda metade do XVI para o sertão em busca de índios e metais preciosos.

Os paulistas, famosos pelas suas experiências em penetrar sertões e aprisionar índios, foram contratados como mão-de-obra bélica para solucionar os problemas da conquista do sertão das capitanias do norte. Apesar de não serem vistos com bons olhos pelos colonos da zona açucareira, que os considerava indisciplinados, ignorantes, selvagens, *gente Bárbara lmdomita e que vive do que Rouba*<sup>33</sup>, e dessa forma se igualavam aos quilombolas, sendo temidos a tal ponto que muitas vezes se pensou em negociar com os próprios negros palmarinos, em vez de se contratar os paulistas. Contudo eram considerados imbatíveis nos combates do mato, ou pelo menos era esse o discurso defendido pelos próprios ‘paulistas’. Bem como nos diz Nina Rodrigues sobre a ação dos ‘paulistas’ em Palmares:

(...). O mestre de campo dos Paulistas, Domingos Jorge Velho, que as expedições contra os índios tornaram afeito às guerrilhas das matas brasileiras, propôs, em 1687, ao governador Souto Maior terminar a conquista de Palmares. (...). As terras seriam doadas aos vencedores.<sup>34</sup>

Domingos Jorge Velho demonstrava muita segurança em acabar com Palmares. Ou seja, existia um discurso da superioridade bélica vendido pelos ‘paulistas’ a fim de conseguir vantagens com seus serviços, aceito pela administração portuguesa e defendido até hoje pela historiografia. E era esse pretendido sucesso das incursões feitas pelos ‘paulistas’ que assegurava seu prestígio, permitindo assim que eles fizessem suas exigências, como a de escravizar os índios e negros conquistados, receber sesmarias e patentes. Seriam as mesmas honras e mercês obtidas pelos conquistadores espanhóis, pois em ambos os casos se tratavam de empresa particular, o que possibilitava aos moradores de São Paulo exigir diversas condições para que aceitassem vir para o sertão das capitanias do norte.

O próprio Domingos Jorge Velho, saído do Rio Grande, levou quase um ano para chegar a Palmares, fazendo durante todo o tempo requerimento de material bélico e alimentos, mesmo fazendo contínuos roubos de gado aos moradores do Rio Grande. Chegado a Macaco, o principal mocambo de Palmares, deparou-se com uma forma de organização e fortificação que não esperava, o que o levou a estabelecer seu arraial a uma certa distância. Sofrido diversos assaltos, Jorge Velho atribuiu o fracasso à covardia das tropas de Alagoas e Porto Calvo enviadas para dar cobertura a sua

missão. O governo pernambucano mandou então todo o socorro possível, incluindo a tropa paulista de Morais Navarro que acabara de chegar da Guerra do Açú. Contudo, o sucesso da conquista demorou a chegar. Sucessivas expedições seguidas de sucessivos assaltos, para que o quilombo viesse a ser destruído.

Todavia o mérito não deve ser atribuído apenas aos paulistas, visto que suas tropas em grande maioria eram compostas por índios utilizados como mão-de-obra. Deixemos que o próprio Domingos Jorge Velho nos descreva como funcionavam suas tropas em carta ao rei:

Prim.<sup>ra</sup> m<sup>te</sup> nossas tropas com q- ãmos á conquista do gentio brabo desse vastissimo sertão, não he de gente matriculada no livros de V.Mag.<sup>de</sup> nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são huas agregaçoens q- fazemos alguns de nos, emtrando cada hu com os servos de armas q- tem e juntos ãmos ao sertão desta continente não a cativar (como alguns hypocondriacos pretendem fazer crer a V.Mag.<sup>de</sup>) senão adquerir o Tapúia gentio barbo e comedor da carne humana p<sup>a</sup> o Reduzir ao conhecim.<sup>to</sup> da urbana humanidade, e humana sociedade á associação Racional trato, p<sup>a</sup> por esse meio chegarem a ter aquella lus de Deos e dos mistérios da fee Católica q- lhes basta pa sua salvação (porq- em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens) e desses assy adqueridos, e Reduzidos, emgrossamos nossas tropas, e com elles guerreamos a obstinados e Renitentes a se Reduzirem: e se ao deupoiz nos servimos delles p<sup>a</sup> as nossas lavouras; nenhua injustiça lhes fazemos; pois tanto he p<sup>a</sup> os sustetarmos a elles e a seus filhos como a nós e aos nossos: e isto bem longe de os cativar, antes se lhes faz hu irremunerável serviço em os ensinar a saberem Labrar, prantar, colher, e trabalhar p<sup>a</sup> seu sustento, couza q- antes q- os brancos lho ensinem, elles não sabem fazer: isto entendido, s.<sup>or?</sup><sup>35</sup>

Ele demonstra a importância da presença indígena nas tropas ‘paulistas’, as quais tinham por finalidade a caça e apresamento de homens, e não a defesa de territórios como as regulares. As tropas irregulares estavam acostumadas em se embrenhar no mato e, conseqüentemente, mais adequadas a incursões de Palmares, utilizando a técnica de emboscada, característica da guerrilha.

Outra preocupação evidente é a em “domesticar” os índios aprisionados, ou seja, fazendo com que conheçam a religião e assim se tornem civilizados, sendo o ingresso desses índios nas milícias a forma mais segura para essa “reeducação”.

A partir do século XVII se consolidou o imaginário barroco na sociedade açucareira. E dentro desse imaginário, a visão dos colonos com relação aos moradores de São Paulo, considerados rudes, não era boa. Como o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro nos afirma:

(...) porem não julgo será útil ao Real serviso de V.Mag.<sup>e</sup> que aquella gente (os ‘paulistas’) fique fazendo sua morada nos Palmares porque exprimentarão as Capitánias vezinhas maior Danno em seus Gados e Fazendas que aqeuille que lhe fazião os mesmoz Negros levantados; e assim me parese que V.Mag.<sup>e</sup> lhe não deve dar Terras naquelles destritoz e que em honrrar ao Mestre de Campo com hum Abito de Christo e algua tença lhe premea o que obrou naquella guerra em aqual se não deve atender ao comtrato que o dito Mestre de Campo fes com o governador João da Cunha Souto-Maior e que V.Mag.<sup>e</sup> foy srvido confirmar;(…) <sup>36</sup>

Para os colonos da zona açucareira o melhor era ter esses ‘bugres’ (os ‘paulistas’) o mais longe possível, quer dizer, após terem feito seus serviços e contribuído para a boa ordem da sociedade. Porém, poucos ‘paulistas’ retornavam a sua terra natal, pois ganhavam fazendas, gados,

entre outros bens com as conquistas no sertão. O que indica que houve uma significativa influência dos 'paulistas' na formação da sociedade sertaneja. Capistrano de Abreu declarou que:

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a S. Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.<sup>37</sup>

## Considerações Finais

As reflexões acima expostas, tecidas a partir da observação de mocambos e tropas de paulistas, negros e índios, buscaram traçar um painel do processo de conquista do interior das capitânicas do norte do Estado do Brasil entre os séculos XVII e XVIII. Essa região, o sertão, caracterizou-se de duas formas ao longo desse tempo: como uma área fora da colonização, e logo depois como uma nova sociedade colonial. Após a conquista, essa nova sociedade colonial foi construída com elementos oriundos de outras regiões de colonização mais antiga, principalmente a área açucareira, mas também a região de São Paulo. Sua conquista foi executada visando a exploração econômica de novas áreas, mas também como uma válvula de escape para os muitos tipos sociais considerados indesejáveis pela sociedade colonial açucareira. Assim, vadios e pobres de todas as cores foram empurrados para essa região tanto para atuarem como mão-de-obra para a conquista em si, mas também como uma alternativa à crescente população livre e pobre das vilas açucareiras. Tal situação caracteriza o sertão como uma região de fronteira, construída como resposta aos problemas da sociedade colonial mais antiga, a açucareira.

Consideramos, nessa perspectiva, que muito ainda precisa ser feito no sentido de aprofundarmos o conhecimento da sociedade sertaneja colonial. Não apenas diversos de seus tipos sociais constituintes são ainda bem pouco conhecidos, como algumas considerações teóricas ainda pouco empregadas para a região podem vir a ser de grande relevância. Esse é o caso da tese das fronteiras, e da colonização como válvula de escape, primeiro delineada por Frederick Turner para a colonização da América do Norte, em fins do século XIX, mas depois adaptada para a América Latina por Victor Belaúnde e Sérgio Buarque de Holanda.

## Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos: Aspectos da administração colonial**. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 1997.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora Nacional, 1988. (Brasiliense: V. 302)
- DAVIDOFF, Carlos Henrique. **Bandeirantismo: verso e reverso**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ELLIOT, J. R. A conquista espanhola e a colonização da América. In BETHEL, Leslie (org.). **História da América Latina – América Latina Colonial**. Vol. 1. São Paulo, Edusp.
- ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- FREITAS, Décio. **A guerra dos Palmares**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: J. Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.
- Silvia Hunold Lara, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”. in REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.) **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O Descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino o período colonial**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002 (Doutorado).
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. **D. Antônio Felipe Camarão; Capitão-mor dos índios da Costa do Nordeste do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- \_\_\_\_\_. **Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil**. Recife: Universidade do Recife, 1954.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: CEPE, 1990.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.
- RODRIGUES, Nina. “A Tróia Negra”. In: Silva, Leonardo Dantas. **Estudos sobre a escravidão negra**. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1988.
- SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial. Militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. **“Nas solidões vastas e assustadoras” – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003 (Doutorado).

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste – A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2000.

## Fontes

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Série impressa de documentos transcritos dos acervos da Biblioteca Nacional. Coleção em 110 volumes. Rio de Janeiro, 1930.

## Notas

<sup>1</sup> Tribos indígenas que não se submeteram ao domínio português e se esconderam no sertão. A denominação Tapuya vem do Tupi que significa “bárbaro”. SILVA; 2003, cap.3.

<sup>2</sup> Coleção de Documentos Históricos vol.IX pág.13.

<sup>3</sup> Sílvia Hunold Lara, “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos”, in João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 85.

<sup>4</sup> Idem. P. 87 e 88.

<sup>5</sup> Coleção de Documentos Históricos; vol.IX, p. 13.

<sup>6</sup> Carneiro, Edson. “O Quilombo dos Palmares”. P. 17, 19, 22 e Reis e Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 332.

<sup>7</sup> Coleção de Documentos Históricos; vol. VIII, p. 146/147.

<sup>8</sup> Ficou conhecida dessa forma porque foi a luta dos portugueses contra os tapuyas (bárbaros).

<sup>9</sup> Regimento da Câmara de São Paulo de 1733 apud Lara. *Liberdade por um fio* op. cit. p. 97.

<sup>10</sup> Coleção de Documentos Históricos.

<sup>11</sup> CARNEIRO, op.cit. p. 15.

<sup>12</sup> É com Puntoni que se começa a utilizar essa definição de guerras no Recôncavo.

<sup>13</sup> Cf. PUNTONI. Op. cit. p.25.

<sup>14</sup> Segundo Ricardo Pinto de Medeiros “os tupi habitavam o litoral das capitanias do Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Depois do contato com os europeus, alguns foram dizimados, outros escravizados e muitos se aliaram, foram aldeados, e (muitos) participaram da conquista do sertão. Cf. MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O Descobrimento dos Outros: povos indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000. op. cit. p. 96.

<sup>15</sup> Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. “Nas Solidões Vastas e Assustadoras” - Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife: universidade federal de Pernambuco, 2003. (Doutorado) op. cit. p. 233-237.

<sup>16</sup> Para uma biografia de Filipe Camarão Cf. MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. D. Filipe Camarão: capitão –mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.

<sup>17</sup> O terço seria uma estrutura militar organizada em 10 companhias de 100 homens, chefiadas por um capitão cada uma delas. Sendo o terço comandado por um mestre de campo. A criação de um terço era importante para a Coroa visto que este seria o responsável pelo enquadramento da população dentro dos padrões do Estado. Sobre militarismo na colônia recomenda-se a obra de SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo e a Boa Ordem da Sociedade Colonial. Militarismo e marginalização na capitania de Pernambuco dos séculos XVII-XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

<sup>18</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional volume 16( Rio 1930), pp.466/467 e volume 17 (Rio 1930) pp.290/291; Jose Justino de Andrada e Silva, *Colleção Chronologica da Legislação Portuguesa*. 11 fls. (Lisboa 1855-59). IV, p. 312 apud MELLO.

<sup>19</sup> CARTA de Filipe Camarão dirigida aos índios partidários do invasor holandês. Apud COSTA. *Anais Pernambucanos*. Vol. 3 p. 267-270.

<sup>20</sup> PATENTE dos índios da terra, digo de capitão dos índios da Aldeia de Camarão, e outras que se retiravam da capitania de Pernambuco, provida no Aferes della Simão Rodrigues. 17/08/1655. Coleção Documentos Históricos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1929. Volume XXXI. Pp. 71.

<sup>21</sup> Cf. SILVA. Op. cit. p.247.

<sup>22</sup> Cf. SILVA. Op. cit. p.243.

<sup>23</sup> Cf. PUNTONI. Op.cit. p. 205.

<sup>24</sup> CARTA para o capitão – mor de Sergipe Del- rei sobre dar trinta índios para uma entrada que se manda fazer aos mocambos. Coleção Documentos Históricos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1929. Volume VIII p. 412.

<sup>25</sup> CARTA de sua Majestade para se conservarem em Pernambuco o Terço de Henrique Dias. DH., Vol. 66. p. 135-136. Apud SILVA. Op. cit. p. 164-165.

<sup>26</sup> PATENTE do cabo de todos os soldados pretos do terço que foi do mestre de campo de Henrique Dias provida na pessoa do capitão Antonio de Souto. DH. vol. XXXI p. 378-379.

<sup>27</sup> Segundo Período Português é um termo empregado para designar o momento da volta da jurisdição portuguesa na segunda metade do século XVII. Sendo agora Pernambuco Capitania Régia.

<sup>28</sup> Milícias: tropas auxiliares, organizadas em terços de base territorial – comarcas, freguesias -, não remuneradas, a não ser quando em serviço ativo. SILVA, Kalina Vanderlei. O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001. p. 78

<sup>29</sup> PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do sertão do Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Hucitec, 2002. p. 193.

<sup>30</sup> FREITAS, Décio. A Guerra dos Palmares. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982. p. 168.

<sup>31</sup> DAVIDOFF, Carlos Henrique. Bandeirantismo: verso e reverso. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 26-27.

<sup>32</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 194.

<sup>33</sup> Apud ENNES, Ernesto. As Guerras dos Palmares (subsídios para sua história). 1<sup>o</sup>v. Domingos Jorge Velho e a 'Tróia Negra'. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 197-199.

<sup>34</sup> RODRIGUES, Nina. "A Tróia Negra". In: Silva, Leonardo Dantas. Estudos sobre a escravidão negra. Recife: FUNDAJ, Editora Massagana, 1988. p. 13-37. Pág. 28.

<sup>35</sup> ENNES. Op. Cit., p. 204-207

<sup>36</sup> ENNES. Op. Cit., p. 197-199

<sup>37</sup> ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial 1500-1800 Os caminhos antigos e povoamentos do Brasil. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988. p. 106.